

junho 2023

Estudo Formativo  
ED-Comunicar:  
do Conhecimento  
à Mobilização



A urgência  
de ler o mundo:

# Cidadania Global



**ED Comunicar**  
Do conhecimento à mobilização

# A coleção Estudos Formativos ED-Comunicar

*A urgência de ler o mundo – Estudos Formativos ED-Comunicar* é uma coleção de seis estudos de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG). Convida a renovar e atualizar o olhar sobre realidades e questões nevrálgicas que, não sendo novas, permanecem como desafios estruturais das sociedades globalizadas em que vivemos hoje: Pobreza e Desigualdades; Justiça Social; Desenvolvimento; Interdependências e Globalização; Cidadania Global; Paz.

Os seis temas que serão tratados ao longo dos Estudos Formativos ED-Comunicar derivam do Referencial de Educação para o Desenvolvimento (2016), doravante designado Referencial de ED, documento orientador e de enquadramento da intervenção pedagógica da EDCG, na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário. Assim, cada estudo procurará aprofundar e atualizar a forma como estes temas são tratados no Referencial de ED. Enquanto este foi especificamente concebido para educadores/as e escolas, esta série de seis estudos trazem propostas que

procuram alargar a abrangência do Referencial para novos públicos.

Esta coleção é um dos resultados do projeto “ED-Comunicar: do conhecimento à mobilização”, cofinanciado pelo Camões, I.P., coordenado pela ADRA Portugal e implementado em parceria com sete ONGD portuguesas: AIDGLOBAL, Associação Par – Respostas Sociais, Fundação Cidade de Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira, Instituto Marquês de Valle Flôr, Mundo a Sorrir e Rosto Solidário.

O objetivo central do projeto é promover a afirmação e apropriação da EDCG em Portugal, no sentido de contribuir para processos de transformação social com vista a uma sociedade mais democrática, participativa e justa. Dirige-se prioritariamente a atores do desenvolvimento, das organizações da sociedade civil, das autarquias e da comunicação social, bem como à população em geral.

# ÍNDICE

## I

### **P. 7 Compreender a Cidadania Global**

---

**P. 8-12** *A trajetória de afirmação, conquista e evolução da cidadania*

**P. 13-15** *Que outras vozes e gramáticas falam de cidadania?*

**P. 16-17** *O que nos dizem os números sobre o espaço e as ameaças à cidadania?*

**P. 18-20** *Quais as suas comunidades de pertença e de exercício de cidadania – entre o local, o nacional, o virtual, o planetário?*

**P. 21-23** *Que perspectivas pode a Educação trazer à Cidadania Global? ...*

## 2

### **P. 24 Enfrentar dilemas e desafios**

---

**P. 25-27** *Entre a multiculturalidade e a interculturalidade, entre o universal e o particular – que caminhos para a convivência e confluência no global?*

**P. 28** *Quem são os/as descontentes da cidadania global?*

**P. 29-30** *Reivindicações e descentramentos para cidadanias plurais*

**P. 4 Glossário**

**P. 4 Agradecimentos**

**P. 5 Prefácio**

**P. 5-6** *Porque educar e aprender para a Cidadania Global?*

## 3

**P. 31 Passar à ação: de volta ao barômetro e roteiro de EDCG**

**P. 34 Referências**

# Glossário

**ADRA** Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência  
**AIDGLOBAL** Acção e Integração para o Desenvolvimento Global  
**BM** Banco Mundial  
**ED** Educação para o Desenvolvimento  
**EDCG** Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global  
**ENED** Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento  
**FGS** Fundação Gonçalo da Silveira  
**FMI** Fundo Monetário Internacional  
**GTDF** *Gesturing Towards Decolonial Futures* (Gestos Rumos a Futuros Decoloniais)  
**IDH** Índice de Desenvolvimento Humano  
**IMVF** Instituto Marquês de Valle Flôr  
**ME** Ministério da Educação  
**ODS** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
**ONGD** Organização Não Governamental para o Desenvolvimento  
**ONU** Organização das Nações Unidas  
**PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**UE** União Europeia

# Agradecimentos

A elaboração deste estudo radicou num processo de aprendizagem colaborativo com a parceria do projeto, alargado à participação de fóruns de auscultação e reflexão diversos, no sentido de incluir visões e linguagens plurais. As autoras gostariam de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para alimentar a reflexão que deu forma a este estudo: Ana Castanheira (IMVF); Ana Afonso, Ana Leonor Santos (UBI); Ana Luísa Martinho (A3S); Bárbara Troca (Mundo A Sorrir); Beatriz Braga (ADRA); Carmen Maciel (ADRA); Catarina Gonçalves (Rosto Solidário); Dani d’Emilia (Coletivo GTDF - Gestos Rumos a Futuros Decoloniais); Eunice Magalhães e Márcia Barbosa (CPCJ Porto Oriental); Eva Jesus (FGS); Jordi Estivill (A3S); Jorge Andrade e José Capela (Mala Voadeira); José Ricardo (Centro Social de Soutelo); Luísa Teotónio Pereira (especialista em EDCG); Mónica Santos Silva (IMVF); Sandra Fernandes (FGS); Sílvia Franco (FGS); Sofia Lopes (AIDGLOBAL); Rute Machado (Fundação Cidade de Lisboa; Rute Serronha (AETP – Associação de Escolas do Torne e Prado) ); Vinícius Ramos (PAR Respostas Sociais).

## Prefácio

Pobreza e Desigualdades; Justiça Social; Paz; Interdependências e Globalização; Desenvolvimento; e, por fim, Cidadania Global.

Que ponto de chegada é este onde concluímos a coleção “A urgência de ler o mundo”? Um ponto de chegada ou um ponto de partida? Uma ambição ou utopia sempre em construção!

Num mundo de interdependências, complexidade e incerteza, de emergência ecológica e violência sistêmica, no qual continuamos a aspirar a justiça social, a cidadania requer-se ampliada, plural, crítica e comprometida à escala do planeta.

## Porque educar e aprender para a Cidadania Global?

As sociedades contemporâneas enfrentam múltiplos e complexos desafios, alguns dos quais abordamos ao longo desta coleção de estudos:

1. O desafio de, num mundo de abundância e produtivismo, de muitos estudos e conhecimento disponível, ainda nos confrontarmos com situações de *pobreza e desigualdade*; o desafio, então, de agir sobre as causas desta realidade.
2. O desafio de ambicionarmos a *justiça social*, sem fórmulas únicas; de sermos capazes de olhar à volta, escutar outras vozes, construir com os outros; de sabermos viver com paradoxos e fazer o exercício da ética e do cuidado com os outros e o planeta.
3. O desafio de aprender a viver com a diversidade, com discordâncias e conflitos, de nos prepararmos para a alteridade e construir ativamente a *paz*.
4. O desafio de lidar com as *interdependências e globalização*, com níveis acrescidos de

complexidade e de emaranhamento entre o local, o global, o ecológico, e, para tal, de desenvolvermos a literacia crítica.

5. O desafio de lidarmos com a crítica e com os limites dos modelos de *desenvolvimento* que temos seguido até agora, de enfrentarmos as suas relações imbricadas com o colonialismo, produtivismo, racismo, e de continuarmos a construir caminhos plurais de regeneração e transformação social.

Perante estes desafios, temos proposto, ao longo destes estudos, seguir itinerários de EDCG – Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global – um campo de educação e aprendizagem que tem como foco a cidadania e, especificamente, a cidadania global. Ou seja, a partir de um olhar crítico sobre as realidades complexas e interdependentes que nos rodeiam, procurar abrir caminhos de construção individual, coletiva e global que visam ativamente alcançar um maior equilíbrio social, económico e ecológico, para todas as pessoas e para o planeta.

Caminhos de conquista, regulação e exercício de cidadania, desde a nossa comunidade local até à escala da comunidade planetária – é este o roteiro que orienta o sexto e último estudo da coleção.

Começaremos, no primeiro capítulo, por percorrer brevemente a história de afirmação e luta de homens e mulheres pela conquista de direitos de cidadania, que se têm vindo crescentemente a ampliar e a estender a novos grupos, a novos territórios e a novos sujeitos e a extravasar a esfera específica do Estado-Nação – direitos e responsabilidades à escala global, direitos humanos e direitos da natureza.

Ao questionarmos esta história, percebemos que é uma trajetória imperfeita, em construção, que sucessivamente, de forma direta ou indireta, tem marginalizado determinadas categorias sociais: mulheres, pessoas escravizadas, populações racializadas, estrangeiros, trabalhadores e trabalhadoras em situações precárias. Percebemos também que ela se desenrola a partir de uma matriz e moral ocidental que se tem procurado impor como universal. Por isso, no segundo ponto deste capítulo paramos para questionar que outras matrizes de pensamento e gramáticas existem a partir de outros contextos de *comunalidade*, de participação e ação coletiva para construção de um destino comum.

No terceiro ponto, olhamos também para os números, através de um conjunto de indicadores sobre qual o espaço existente e quais as ameaças à cidadania ao redor do mundo.

Se, historicamente, a cidadania é regulada e exercida no contexto da pertença a comunidades políticas, delimitadas territorialmente – de nível local (por exemplo, as Cidades-Estado na Grécia Antiga) ou nacional (o Estado-Nação) –, hoje, esse sentido de comunidade amplia-se por força de relações virtuais que estabelecemos, de urgências à escala planetária. Convidamos, assim, quem nos lê a refletir sobre as suas comunidades de pertença. Cientes das contradições que existem no interior de qualquer comunidade (autocentramento, relações de poder e opressão), esta continua a ser um espaço de confiança e ajuda mútua, onde o exercício da democracia direta pode ocorrer, e também um espaço de articulação com outras comunidades e construção conjunta de novos imaginários. Perante as interdependências e urgências globais, questionamos, ainda, qual o sentido e compromisso de cada um/a de nós em relação a uma comunidade planetária.

Esta trajetória e estes questionamentos têm acompanhado o próprio percurso da EDCG. Por isso, detemo-nos brevemente, no último ponto deste capítulo, sobre a visão atual de educação para a cidadania global (ECG),

convocando vozes de diferentes hemisférios.

No segundo capítulo, avançamos para enfrentar dilemas e desafios que se colocam ao conceito, à regulação e à prática da cidadania global. Que modelos seguem as nossas sociedades para acolher uma crescente diversidade? O da multiculturalidade ou da interculturalidade? E que consequências trazem para as nossas formas de convivência? Ambicionamos o universalismo ou o particular? Como é que a cidadania global pode integrar as críticas à ideia de global e à globalização? Estes vários questionamentos, que podem ser aprofundados nomeadamente através do campo dos estudos pós-coloniais, permitem lançar um olhar renovado e propositivo sobre os limites e a construção de cidadanias mais diversas e plurais.

Finalmente, dentro da proposta de articular reflexão crítica com a partilha de compromissos e aspirações, no terceiro capítulo, convidamos as pessoas que nos acompanharam ao longo desta coleção a retomar o barómetro e roteiro que nos orientaram neste percurso, com questões que se renovam para construir o futuro, no porvir da cidadania global.

# I

## Compreender a Cidadania Global

---

**P. 8-12** *A trajetória de afirmação, conquista e evolução da cidadania*

**P. 13-15** *Que outras vozes e gramáticas falam de cidadania?*

**P. 16-17** *O que nos dizem os números sobre o espaço e as ameaças à cidadania?*

**P. 18-20** *Quais as suas comunidades de pertença e de exercício de cidadania – entre o local, o nacional, o virtual, o planetário?*

**P. 21-23** *Que perspectivas pode a Educação trazer à Cidadania Global? Ou que perspectivas pode a Cidadania Global trazer à Educação?*

Começamos este itinerário por abordar alguns elementos que nos permitem compreender o que é a cidadania global. Percorremos o percurso histórico de afirmação e conquista de direitos associados à cidadania, inicialmente a partir de uma matriz ocidental e, num segundo ponto, procurando convocar também outras vozes, de outras geografias, que permitem ampliar o nosso olhar. De seguida, debruçamo-nos sobre alguns números e indicadores que revelam o espaço que existe para o exercício da cidadania e como este é assimétrico ao redor do mundo.

Se convencionalmente associamos a cidadania à esfera do Estado-Nação, falar de cidadania global extravasa esta esfera. Por isso, convidamos também à reflexão sobre quais as comunidades e as fronteiras para o exercício da cidadania e qual o nosso compromisso para com comunidades mais amplas.

Finalmente, detemo-nos sobre o campo que tem como intencionalidade específica a educação para a cidadania global, convocando diferentes perspetivas e recursos que permitem dar continuidade a este processo de aprendizagem.

## A trajetória de afirmação, conquista e evolução da cidadania

A cidadania global tem na base o **conceito de cidadania** – um conceito dinâmico que tem evoluído acompanhando as transformações das sociedades e a luta de diferentes povos e grupos sociais por liberdades, direitos e autonomia.

Debrucemo-nos sobre uma definição possível de cidadania:

*Cidadania é um constructo moral, político e jurídico ambivalente que aparece em sociedades históricas, complexas e abertas, nas quais o dilema entre indivíduo e sociedade é equacionado mediante o surgimento de esferas públicas que valorizam o “mundo comum”.* (Martins, 2009, p. 55)

A cidadania compreende, portanto, uma construção a nível:

**Moral**, porque assenta em valores – um ideal de igualdade social;

**Político**, porque a sua consistência prática (histórica, sociológica) ganha forma mediante conquistas e formas de participação a nível político;

**Jurídico**, porque adquire força de lei e é regulada mediante a sua inscrição nos diferentes ordenamentos jurídicos.

A ideia de cidadania tem inerente “a participação, o atuar, o agir para construir o seu próprio destino. O que muda, ao longo dos tempos, são o grau e as formas de participação e sua abrangência” (Toledo, 1997).

Vejamos alguns marcos na evolução do conceito de cidadania. A proposta cronológica que aqui se traz, inspirada em várias fontes disponíveis, é baseada na matriz ocidental, onde nós, autoras e parceria responsável por esta coleção de estudos, nos inserimos. Trata-se de uma perspetiva que reconhecemos hoje como eurocêntrica, que, sendo localizada do ponto de vista histórico e geográfico, se globalizou e universalizou, designadamente por via da presença colonialista e imperialista europeia nos restantes territórios do mundo. Não obstante, esta cronologia permite ilustrar como, mesmo no interior de uma matriz específica, o entendimento de cidadania e os direitos que lhe estão associados foram evoluindo e sendo conquistados ao longo do tempo.



# Conceito de cidadania ao longo do tempo, na perspetiva da história ocidental



**CIDADÃO DA PÓLIS**  
(Grécia Antiga)



**CIDADÃO DO IMPÉRIO**  
(Roma Antiga)



**CIDADÃO PROPRIETÁRIO**  
(primórdios das revoluções liberais, séc. XVII)



**CIDADÃ/O UNIVERSAL**  
(Estado-Nação)

Direitos Cívicos  
(séc. XVIII)

Direitos Políticos  
(séc. XVIII-XIX)

Direitos Sociais  
(SÉC. XX)



**CIDADÃ/O GLOBAL**

(comunidade planetária)

Direitos Humanos

Direito à autodeterminação dos povos

Direitos da Natureza

**I** Na Antiguidade Clássica, em particular na Grécia Antiga, a cidadania referia-se aos direitos dos *cidadãos na pólis* (dentro dos limites da cidade-Estado) – cidadãos apenas no masculino, já que as mulheres eram excluídas desse exercício, bem como estrangeiros e escravos. Na Roma Antiga a cidadania alarga-se aos *cidadãos do império*.

Durante a Idade Média vigorou a concepção de que o Estado tinha o direito de comandar e os indivíduos o dever de obedecer, de servir o governo, sendo detentores de direitos somente aqueles que detinham riquezas – a aristocracia. Há quem questione se se pode falar de cidadania nesta configuração.

O advento da cidadania moderna dá-se a partir do século XVII e XVIII, associado às revoluções liberais, designadamente a Francesa e Americana, desenvolvendo-se a partir da transformação dos súbditos em cidadãos no âmbito dos novos Estados-nação, enquanto mecanismo que “rege a relação indivíduo-Estado mediante um conjunto de direitos e deveres recíprocos” (Canelo, 2012, p. 44). Afirma-se o princípio de que o governo serve o indivíduo e não o inverso, inscrevendo-se os direitos civis na lei fundamental de cada país: direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de segurança, entre outros.<sup>1</sup>

Ao longo século XVIII, evolui-se também no sentido de um novo conceito de cidadão mais atuante na vida do Estado, ou seja, a conquista de direitos políticos (direito de

votar e ser votado), ainda que inicialmente dentro de uma visão restrita de *cidadãos proprietários* (Toledo, 1997). No século XIX, os direitos políticos ampliam-se progressivamente até assumirem uma concepção universalista, sendo estendidos a todos os homens livres, mesmo aqueles sem bens materiais, e às mulheres. É a ideia da igualdade perante a lei e do *cidadão universal*.

Contudo, tal como abordamos nos estudos sobre *desigualdades e justiça social*, na prática este universalismo formal é posto em causa pelas diferenças estruturais de poder e de acesso a recursos na sociedade, fazendo com que determinadas categorias sociais permaneçam até hoje excluídas desses direitos.

A partir do século XX, na sequência de lutas operárias e sindicais, institucionalizam-se também os direitos sociais, através da afirmação do Estado Social como garante de igualdade de oportunidades acesso universal a serviços básicos e a proteção social: direito ao trabalho, à saúde, à educação, à reforma, etc.

Ainda hoje, vários movimentos reivindicam uma maior extensão e universalização de direitos civis, políticos e sociais.

Por sua vez, têm-se ampliado também as formas de exercer a cidadania para além da participação eleitoral (sufrágio).

<sup>1</sup> Vários entendimentos de cidadania e da relação Estado-cidadão emergem nesta altura, desde visões mais racionalistas (como sustentado por Locke) a visões mais comunitaristas (como a de Rousseau que defendia a submissão do indivíduo à vontade coletiva), reforçando a ideia de que cidadania não é algo de inequívoco, mesmo dentro de um mesmo contexto.

## Formas de exercer cidadania para além da participação eleitoral

- Integrar de forma ativa iniciativas de associativismo, coletivos, movimentos sociais ligados às questões que considera mais prementes para promover mudanças no mundo ao seu redor.

- Envolver-se em iniciativas de formação política e cívica, para estar mais consciente das distintas visões de mundo, correntes, ideologias e utopias que informam diferentes posicionamentos políticos.

- Associar-se a organizações políticas ou sindicais.

- Participar, de forma individual ou coletiva, em processos sujeitos a Consulta Pública (por exemplo, em Portugal, através da plataforma *Participa*).

- Participar das iniciativas relacionadas com o *Orçamento Participativo (OP)* para que medidas que atendem as necessidades coletivas de um território possam integrar o orçamento público municipal, regional ou nacional.

- Acompanhar as Audiências Públicas do seu município, ou a nível regional ou nacional, para participar da discussão de assuntos relevantes.

- Organizar um grupo de acompanhamento das sessões legislativas que monitore o trabalho realizado pelos diferentes partidos.

- Acompanhar os portais de transparência disponíveis para escrutinar a forma como os recursos públicos são geridos.
- Promover e/ou participar de assembleias cidadãs (ver, por exemplo, o Fórum dos Cidadãos, o Fórum Demos, ou os Conselhos de Cidadãos da EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza).
- Montar observatórios cidadãos para acompanhar a implementação de políticas públicas e/ou o cumprimento de metas estabelecidas (por exemplo, ao nível da descarbonização, da ampliação de áreas verdes, do acolhimento de pessoas refugiadas). Pode também acompanhar o progresso do seu município em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na plataforma ODSlocal e cobrar as autoridades caso não estejam suficientemente mobilizadas.
- Analisar o programa eleitoral de candidatos a órgãos públicos em relação a determinadas pautas e/ou angariar o seu comprometimento para com essas pautas e fiscalizar o seu cumprimento pós-eleição (caso, por exemplo, do levantamento feito pela associação MUBi nas Legislativas de 2022 sobre o lugar ocupado pela Mobilidade Ativa nos programas eleitorais).
- Organizar campanhas e participar em manifestações e protestos democráticos como forma de exercer pressão sobre as decisões dos governantes.

- Fazer voluntariado (ou proporcionar oportunidades a quem o quer fazer) em organizações da sociedade civil, instituições públicas ou junto de movimentos sociais (ver, por exemplo, a plataforma Portugal Voluntário que visa facilitar o encontro entre quem quer participar numa ação de voluntariado e as organizações que a promovem).
- Se for um/a técnico/a de organizações da sociedade civil ou do poder público, procurar capacitar-se para poder facilitar processos mais participativos na sua organização.
- Procurar meios de comunicação a nível nacional e internacional que tragam um olhar crítico sobre a realidade, para ter uma participação política mais informada e consciente.
- Incentivar e apoiar grupos pouco ou mal representados a conquistarem presença e visibilidade em diferentes canais e plataformas de comunicação (caso, por exemplo, do grupo Wiki Editoras Lx que faz edição de conteúdos na Wikipédia ligados às comunidades lusófonas, em particular negra, migrante, indígena, rural, cigana, LGBTQI+, entre outros).
- Adaptar ferramentas digitais (com base em software livre e código aberto) para que possam ser utilizadas com fins de monitorização pública e/ou participação social, tal como a plataforma Citizen OS ou o software CONSUL DEMOCRACY.

- Propor a criação de fóruns que discutam políticas públicas do seu lugar, acerca de temas como, por exemplo, habitação, reciclagem, mobilidade e transporte público.
- Promover redes de líderes comunitários informais para representar e articular os interesses da comunidade em torno de determinada área de interesse (por exemplo, a iniciativa Bicycle Mayors promove a liderança e articulação de cidadãos locais na promoção de mudanças para a mobilidade em bicicleta).
- Organizar ou participar de campanhas digitais através de redes sociais e petições.

Ver também: 28 formas de exercer a cidadania além do voto com base no contexto brasileiro (Iozzi, 2021)

**I** Até este ponto, estão em causa sobretudo direitos que têm como titular o indivíduo e como garante o Estado-Nação<sup>2</sup>. A partir de meados do século XX, institucionaliza-se também no ordenamento jurídico internacional um conjunto de direitos que têm como titular grupos humanos, a humanidade como um todo, e, mais recentemente, a própria natureza (como vimos no estudo sobre *justiça social*): direito à autodeterminação dos povos, direito ao meio ambiente, direitos humanos, direitos da natureza.

Neste contexto de um mundo crescentemente globalizado e interdependente, confrontado com urgências que se colocam à escala global, emerge nas últimas décadas o desafio da *cidadania global* – uma cidadania já não restrita à pertença formal a um Estado, mas ampliada a um sentido de comunidade global, reivindicando a constituição de uma esfera pública global democrática, com participação da sociedade civil.

A cidadania global implica adotar um **olhar crítico** sobre as realidades que nos rodeiam, reconhecendo as relações de interdependência entre o local, o global, o ecológico, e assumir um **papel ativo** na construção de **respostas a nível individual, coletivo e global** para alcançar um maior equilíbrio social, económico e ecológico, para todas as pessoas e para o planeta.

<sup>2</sup> Ainda que, no quadro de processos de integração a nível regional, como acontece no caso da União Europeia (associado à noção de cidadania europeia), possam evoluir para formas de regulação a nível supranacional.

## Cidadania Global – uma definição

Cidadania Global é estar desperto e mobilizar-se para a transformação social, acrescentando valor à comunidade. Significa criar pontes entre o local e o global, descobrindo no bairro, na vila, na cidade o que nos liga ao mundo. É estar recetivo aos desafios atuais e pensar nos prós e nos contras desses desafios. É fazer erguer a voz na promoção dos direitos humanos e no respeito pela diferença e pela diversidade. É compreender que habitamos uma casa comum e que só temos este planeta, pelo que temos de o proteger. Cidadania Global é não estar acomodado, mas sim incomodado com as injustiças sociais, ambientais, políticas e económicas. Cidadania Global é tirar as mãos dos bolsos e atuar para garantir um mundo mais justo, mais digno, mais inclusivo e mais sustentável.

*Adaptado de Projeto Coordenadas (FCL, 2018, p. 15)*

### Explorar mais:

[A origem dos países e do espaço de regulação da cidadania.](#)

# Que outras vozes e gramáticas falam de cidadania?

O breve panorama histórico que apresentamos no ponto anterior é fortemente ancorado no contexto ocidental, influenciado, em particular, pela perspectiva do direito e pelo trabalho clássico de Marshall (1976). Contudo, impõe-se olhar para outros processos históricos para além daquele que dominou no Ocidente e que, frequentemente, se impõe como uma narrativa única.

Um olhar mais amplo sobre a história de diferentes povos no mundo evidencia que a cidadania não se constitui como um fenómeno universal, mas antes como um fenómeno circunscrito a algumas sociedades e minoritário na história humana, que se inscreve como universal. Alguns autores notam que, “ao se observar o mosaico da cidadania em nível planetário, percebe-se que as modalidades do seu aparecimento variam enormemente entre sociedades e culturas. Nesse sentido, propõem, seria mais interessante pensarem-se os direitos de cidadania no marco da diversidade cultural” (Martins, 2009, p. 57-58). Podemos observar este movimento, designadamente, na afirmação

recente de alguns países da América Latina enquanto estados plurinacionais (Chile, Bolívia), procurando reconhecer e resgatar um novo protagonismo indígena e popular.

Importa, portanto, olhar para a pluralidade de histórias, processos, contextos como base para a construção do que possa ser uma cidadania global, sob o risco de se promover uma nova missão civilizatória (leia-se colonizadora) do mundo a partir de uma perspectiva única da realidade.

Estando fora do âmbito do presente estudo conseguir abarcar e transmitir adequadamente essa pluralidade de perspectivas, convidamos quem nos lê a procurar fazer essa exploração: *Como as diferentes culturas africanas, asiáticas, do Pacífico, ou os povos originários do continente americano entendem a cidadania? Que outras gramáticas utilizam?*

Deixamos aqui uma dessas vozes, com a qual nos cruzamos durante a elaboração deste estudo: a do pensador e líder indígena brasileiro Ailton Krenak, que contrapõe à cidadania a ideia de *florestania*.

## Chimamanda Adichie: O perigo da história única



FONTE [www.ted.com](http://www.ted.com)



## Alianças Afetivas, por Ailton Krenak

“A palavra cidadania é bem conhecida: está prevista na Declaração Universal dos Direitos do Homem e em várias constituições. Faz parte desse repertório, digamos, branco. Já o enunciado de florestania nasceu em um contexto regional, em um momento muito ativo da luta social dos povos que vivem na floresta. Quando Chico Mendes, seringueiros e indígenas começaram a se articular, perceberam que o que almejavam não se confundia com cidadania seria um novo campo de reivindicação de direitos (afinal, estes não são uma coisa preexistente, nascem da disposição de uma comunidade em antecipar o entendimento de que algo deveria ser considerado um direito, mas ainda não é. No final da década de 1970, antes do término da ditadura, o desejo do governo brasileiro era fragmentar as grandes extensões de floresta ao sul do Amazonas e no Acre, próximo das fronteiras com Bolívia e Peru. O jeito clássico de fazer isso era abrir estradas e levar colonos, mas, na tentativa de privatizar aquela área

de maneira discreta e eficiente, inspirados por Jarbas Passarinho e sua turma, o pessoal do Incra saiu oferecendo lotes para quem já estava lá. Acontece que, quando chegaram para fazer as linhas de colonização, os que se colocavam ao lado de Chico Mendes se levantaram, pois estavam no modo florestania, e, assim como Gandhi e seus seguidores, organizaram uma resistência pacífica à atuação do Estado. Mulheres, crianças, homens, pessoas de todas as idades se postaram entre as árvores e as motosserras, cercando os caminhos de quem chegava para fazer demarcações e impedindo que o dedo urbano – fosse ele de geógrafos, topógrafos ou sismógrafos – apontasse finais dentro da floresta. Não queriam estacas nem lotes, queriam a fluidez do rio, o contínuo da mata.

Os indígenas viviam em reservas coletivas, e os seringueiros, que eram majoritariamente nordestinos que migraram para a Floresta Amazônica no final do século XIX, perceberam essa diferença. Depois de quatro, cinco, seis gerações dentro da floresta, o que eles queriam era viver como os índios. Houve ali um contágio positivo do pensamento, da cultura, uma reflexão sobre o comum, em que os seringueiros que criaram as reservas extrativistas equipararam o status dessas unidades de conservação de

uso direto com o das terras indígenas. Mas nós sabemos que propriedade coletiva no Brasil não existe: mesmo as terras que os indígenas habitam pertencem à União. O cancro do capitalismo só admite propriedade privada e é incompatível com qualquer outra perspectiva de uso coletivo da terra. Em nossa disposição de constituir uma florestania, nós não queríamos nem mesmo ter CPF [NIF], mas a instauração de um novo direito pressupõe a movimentação de um enorme aparato composto de registros, documentos, certificações, cartórios... O que moveu o encontro desses povos foi o entendimento de que entre eles havia padrões: latifundiários que reclamavam a posse de vastas regiões de floresta, os seringais, onde tanto indígenas quanto não indígenas eram submetidos a condições de trabalho escravo. Uma constelação de povos como os Kaxinawá, os Ashaninka, os Huni Kuin e tantos outros viviam oprimidos por essa situação favorecida pelo capital, na qual um patrão, que nem estava presente (podia estar em São Paulo, em Londres, em qualquer lugar do mundo), explorava a Floresta Amazônica – e suas gentes – por controle remoto. Ao nos insurgirmos para eliminar a figura do patrão, foi possível nos associarmos. A Aliança dos Povos da Floresta nasceu da busca por igualdade nessa experiência política.

Ocorre que a palavra política vem de pólis e, quando seres que não são da pólis pensam, podem imaginar outros mundos que não são política, ou, ao menos, não a política vigente. A linguagem é muito determinante nas interações, e tudo que vem da pólis traz a marca de um ajuntamento de iguais, onde a experiência política se pretende convergente. Isso tem animado em mim uma observação: sempre reivindicam a pólis como o mundo da cultura, e aquilo que ficou marcado como natureza é o mundo selvagem. Pois é nesse outro mundo que eu estou interessado, não na convergência que vai dar na pólis. Imagino potências confluindo a partir de um lugar, passando por ele, mas sem ficarem presas ali. Penso que o que os zapatistas querem também é florestania, mas o gesto deles de reivindicá-la foi entendido como uma rebelião, e eles foram tratados como inimigos, sendo brutalmente reprimidos. Acabaram obrigados a vestir a máscara zapatista e, de certa maneira, assumir o lugar limitado que o gesto de rebelião configurou. Todo mundo que for zapatista tem que viver na selva Lacandona, porque zapatismo só existe em Chiapas. Acabaram presos em uma armadilha contra o próprio pensamento insurrecto. Florestania não pode ser uma franquia; se estamos querendo provocar um questionamento profundo com a potên-

cia de uma insurreição, não podemos nos tornar prisioneiros dos movimentos que criamos. Por isso, em dado momento, eu comecei a me perguntar até onde iríamos com a Aliança dos Povos da Floresta: íamos virar um sindicato, um partido? Alianças políticas nos obrigam a uma igualdade que chega a ser opressora, mesmo aquelas que admitem a existência da diversidade.

Essa experiência durou mais de vinte anos de muita dedicação, até que comecei a questionar essa busca permanente pela confirmação da igualdade e atinei pela primeira vez para o conceito de alianças afetivas – que pressupõe afetos entre mundos não iguais. Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar: tem que tirar as sandálias, não se pode entrar calçado. Assim eu escapei das parábolas do sindicato e do partido (quando um pacto começar a cobrar tributo, já perdeu o sentido) e fui experimentar a dança das alianças afetivas, que envolve a mim e uma constelação de pessoas e seres na qual eu desapareço: não preciso mais ser uma entidade política, posso ser só uma pessoa dentro de um fluxo capaz de produzir afetos e sentidos. Só assim

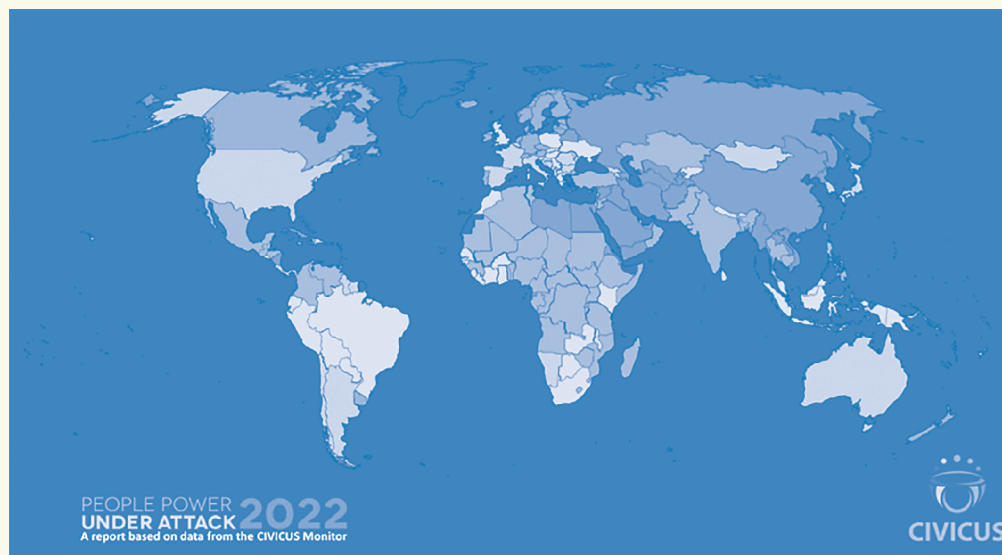
é possível conjugar o mundizar, esse verbo que expressa a potência de experimentar outros mundos, que se abre para outras cosmovisões e consegue imaginar pluriversos. Esses termos, usados por Alberto Acosta e outros pensadores andinos, evocam a possibilidade de os mundos se afetarem, de experimentar o encontro com a montanha não como uma abstração, mas como uma dinâmica de afetos em que ela não só é sujeito, como também pode ter a iniciativa de abordar quem quer que seja. Esse outro nós possível desconcerta a centralidade do humano, afinal todas as existências não podem ser a partir do enunciado do antropocentrismo que tudo marca, denomina, categoriza e dispõe – inclusive os outros, parecidos, que são considerados quase humanos também. (...)” (Krenak, 2022, p. 75-84)

# O que nos dizem os números sobre o espaço e as ameaças à cidadania?

Para o exercício da cidadania, o espaço da sociedade civil é fundamental. Este é um espaço que se conquista pela consagração das liberdades cívicas e que pode ser mais ou menos dinâmico consoante a cultura de organização e mobilização coletiva e comunitária de cada sociedade. Como tal, é também um espaço assimétrico ao redor do mundo, desempenhando as organizações da sociedade civil (OSC) um papel fundamental na conquista, defesa e monitorização do respeito por direitos e liberdades cívicas.

A **CIVICUS** é uma aliança global de OSC e ativistas dedicados a fortalecer a ação de cidadãos e a sociedade civil no mundo. Procura promover as vozes deste setor, em particular as mais marginalizadas, e disponibilizar informação sobre o espaço e ameaças à ação da sociedade civil ao redor do mundo.

Entre as suas iniciativas, o CIVICUS Monitor é um mapa interativo que disponibiliza dados em atualização permanente sobre o estado da sociedade civil e das liberdades cívicas em 197 países, classificando-os em **FECHADO**, **REPRESSIVO**, **OBSTRUÍDO**, **ESTREITO** ou **ABERTO**.



FONTE CIVICUS Monitor, 2023

A observação do mapa permite constatar como espaço para o exercício da cidadania é assimétrico ao redor do mundo. Além disso, os dados da CIVICUS revelam que, em 2022, houve uma degradação do estado da sociedade civil no mundo face aos anos anteriores, considerando que esta e o direito à manifestação têm estado “sob ataque”, mesmo em democracias consolidadas. Mais

de 25% da população mundial vive em países “fechados” à atuação da sociedade civil, mais de 40% vive em países “repressivos”, enquanto apenas 3,2% vive em países considerados “abertos” à atuação da sociedade civil.

A CIVICUS identifica também as principais formas de violação e repressão do espaço da sociedade civil a nível global.



# Top 10 Violações às liberdades cívicas em 2022



1. Assédio/ Perseguição de ativistas da sociedade civil e jornalistas



2. Detenção de protestantes



3. Intimidação



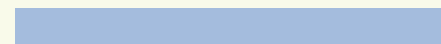
4. Legislação restritiva



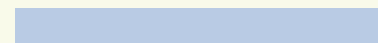
5. Ataques a jornalistas



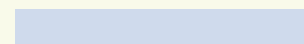
6. Perturbação de protestos



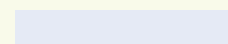
7. Censura



8. Ativistas processados



9. Ativistas detidos



10. Jornalistas detidos

FONTE CIVICUS  
Monitor, 2023  
(tradução nossa)

## Explorar e saber mais:

Conheça em detalhe os dados do CIVICUS Monitor sobre o estado da sociedade civil ao redor do mundo, no mapa e relatórios disponíveis online:

<https://monitor.civicus.org>

<https://civicus.org>

E ainda uma secção dedicada às ameaças observadas recentemente em *Portugal*.

Ver também: *O estado da democracia no mundo e m 2022* (IDEA Internacional, 2023).

# Quais as suas comunidades de pertença e de exercício de cidadania – entre o local, o nacional, o virtual, o planetário?

Convencionalmente, a noção de cidadania está associada à pertença a uma comunidade política delimitadas territorialmente (o Estado-Nação), excluindo desse status aqueles/as que em cada contexto não são considerados membros dessa comunidade.

Que outras comunidades existem na atualidade? Quais os sentidos de pertencer a comunidades num mundo interligado? Será que a minha comunidade é assim tão diferente da tua?

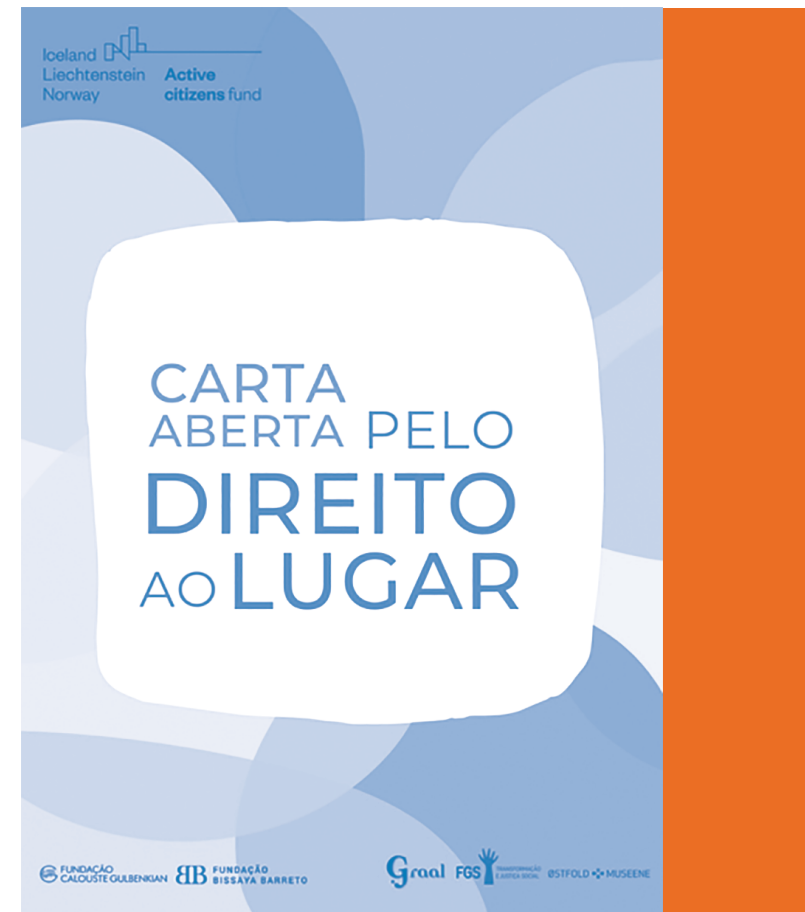
Alguns estudos de referência destacam quatro dimensões principais associadas ao sentido de comunidade (McMillan e Chavis, 1986):

- **Pertença** (sentimento identificação, de ter o direito de pertencer e de segurança emocional);
- **Influência** (relação bidirecional de influenciar o grupo e ser reciprocamente influenciado/a por este);

- **Integração e satisfação de necessidades** (ser apoiado/a e dar apoio, satisfazendo necessidades pelos recursos disponíveis a partir da pertença ao grupo e reforçando comportamentos considerados aceitáveis para o grupo);

- **Ligações emocionais partilhadas** (afeto positivo relacionado com a pertença à comunidade e com a sua história partilhada).

Conhece a *Carta Aberta pelo Direito ao Lugar?* Neste documento de posicionamento coletivo, reivindica-se a possibilidade de as pessoas viverem nos lugares com que se identificam, a que estão ligadas e a que sentem que pertencem. Propõe-se também um conjunto de medidas que procuram proteger o direito ao lugar e responder ao problema da perda de população residente nas zonas rurais e nos centros das grandes cidades, contemplando diferentes instâncias de poder político (ao nível local e central e europeu), os media e a criação de condições para o aumento da participação cidadã.



## Desafio de experimentação ao leitor: Quais as suas comunidades de pertença?

Desafiamos quem nos lê a refletir sobre em que contextos identifica as dimensões de pertença, influência, integração, ligação emocional partilhada que compõem o sentido de comunidade:

No bairro ou vizinhança onde vive?

Na sua geografia de origem (aldeia, cidade, país)?

Entre as pessoas que nasceram no mesmo lugar?

Nas suas relações familiares e de amizade?

Entre pares de trabalho ou escola?

No seu clube/ grupo desportivo?

Entre pessoas da mesma classe social?

Junto de pessoas com a mesma faixa etária, a mesma identidade de género, a mesma religião, ou a mesma identidade étnico-racial?

Numa rede que se reúne em contexto virtual?

Num grupo de ativistas ou movimento social, a nível local, nacional, transnacional?

Entre um grupo de pessoas de várias partes do mundo que se reúnem em torno de interesses comuns?

Junto de animais, rios, montanhas... da Terra?

Onde mais?

Pegue num papel e num lápis, ou num telemóvel ou computador, e registe as suas três

principais comunidades de pertença:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

Que diferentes relações, sentimentos, compromissos, responsabilidades, afetos tem para cada uma dessas comunidades de pertença?

Quem fica de fora? Como se distinguem as relações com os outsiders?

## O dilema do Príncipezinho, segundo Afonso Cruz

No famoso livro de Saint-Exupéry *O Príncipezinho*, diz-se que o sentido da existência se deve aos laços que se criam: uma raposa é igual a outras cem mil raposas e uma rosa é igual a outras cem mil rosas; porém, depois de criado um laço de amizade, cada raposa ou cada rosa torna-se única, torna-se mais importante do que todas as outras.

“Se pensarmos numa comunidade, há algo de profundamente errado nesta visão. E, contudo, é empática. (...) Quando o príncipezinho diz que são os laços criados com o Outro que importam e que é por eles que lutamos, nos trocamos, damos a vida, coloca um problema ético: o que acontece a todos os seres que sofrem mas com os quais não criámos laços?” (Afonso Cruz, *O Príncipezinho*, 2022)

## Explorar e saber mais:

Sugerimos a reflexão de Benedict Anderson sobre Comunidades imaginadas:

*“[P]roponho a seguinte definição da nação: é uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana. É ‘imaginada’ porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão. (...)*

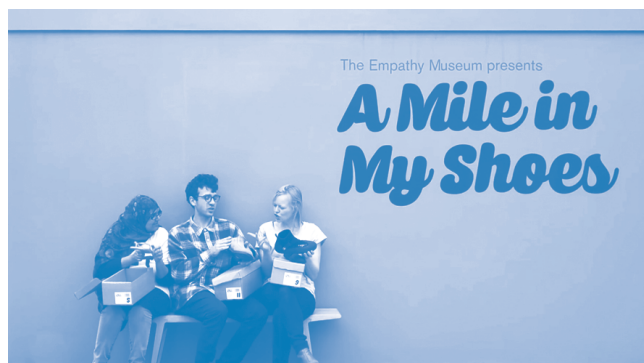
*A nação é imaginada como ‘limitada’ porque até a maior das nações, englobando possivelmente mil milhões de seres humanos vivos, tem fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se situam outras nações. Nenhuma nação se imagina a si própria como tendo os mesmos limites que a humanidade. (...)*

*É imaginada como ‘soberana’ porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução destruíam a legitimidade do reino dinástico hierárquico e de ordem divina. (...)*

*Por fim, a nação é imaginada como uma ‘comunidade’ porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. Em última análise, é essa fraternidade que torna possível que, nos últimos dois séculos, tantos milhões de pessoas, não tanto matassem, mas quisessem morrer por imaginários tão limitados.” (Anderson, 2005)*

Em oposição a uma noção de comunidade idealizada, é importante reconhecer que dentro de cada comunidade (local, nacional, originária, indígena, virtual...) também existem contradições, relações de poder, opressão e injustiça. Ainda assim, continua a ser no interior de comunidades que nos organizamos e autorregulamos, que reconhecemos espaços de confiança e ajuda mútua, que procuramos aprofundar o exercício da democracia, que construímos respostas coletivas para os desafios aos mais diversos níveis, começando pelos que nos são mais próximos. O convite é para ampliarmos as articulações das comunidades entre si e com o planeta.

A proposta da cidadania global procura derrubar fronteiras nas noções de comunidade mais limitadas e ampliar para um sentido de comunidade global e planetária, enquanto parte do planeta ao qual pertencemos e do qual somos responsáveis. É, pedindo emprestado o sentido que nos propõe Tolentino Mendonça (2020), estar ligado por um “comum dever, por uma tarefa partilhada” que é “**cuidar da vida**”, nas suas múltiplas formas – acrescentamos nós.



### Desafio de experimentação ao leitor: Caminhar nos seus sapatos – Museu da Empatia

Este museu itinerante tem forma de uma caixa de sapatos gigante onde estão guardados vários pares de sapatos de diferentes pessoas. Quem visita é convidado/a andar uma milha nos sapatos de outra pessoa e a “olhar o mundo através de outros olhos”.

Uma playlist de 40 episódios está também disponível para ser explorada online.

# Que perspetivas pode a Educação trazer à Cidadania Global? Ou que perspetivas pode a Cidadania Global trazer à Educação?

Sendo a cidadania global um campo dinâmico, processual, que implica o desenvolvimento de competências múltiplas para o seu exercício, é também um campo que se aprende, um campo da educação. Assim, a partir dessa intencionalidade educativa, emerge também o campo da educação para a cidadania global, focada na dimensão do processo de aprendizagem (no qual se integra também esta coleção de estudos).

Existe já um amplo reconhecimento que a educação para a cidadania é de importância crucial para a vida democrática. O campo da Educação para o Desenvolvimento e a

Cidadania Global (EDCG) procura ampliar este entendimento à construção de um espaço cívico global democrático, promovendo processos de aprendizagem atentos às diferentes realidades do mundo e à possibilidade de as pessoas participarem de forma significativa na ação política local, nacional e global e na ativa transformação do mundo. Um campo que se afirma também no direito a aprender e na educação global.

Ao longo do século XXI, a Educação para a Cidadania Global foi assumida como uma prioridade por várias organizações e em vários contextos:

2012	2015	OEI, 2021	GENE, 2022
<i><u>Iniciativa global “Educação em primeiro lugar”</u></i> da ONU	Adoção da abordagem da <i><u>Educação para a Cidadania Global pela UNESCO</u></i>	<i><u>Cátedra de Educação para a Cidadania/Global</u></i> da Organização dos Estados Ibero-americanos	<i><u>Declaração Europeia sobre Educação Global até 2050/ Declaração de Dublin*</u></i>

\*

“Educação Global é a educação que possibilita às pessoas refletir criticamente sobre o mundo e o seu lugar no mesmo; e abrir os seus olhos, corações e mentes à realidade do mundo a nível local e global. Capacita as pessoas para compreender, imaginar, ter esperança e agir para criar um mundo de justiça social e climática, paz, solidariedade, equidade e igualdade, sustentabilidade planetária e compreensão internacional. Implica o respeito pelos direitos humanos e pela diversidade, a inclusão e uma vida digna para todos, agora e no futuro.

A Educação Global engloba uma vasta gama de oferta educativa: formal, não formal e informal; ao longo da vida e em todos os domínios da vida. Consideramo-la essencial para o poder transformador da educação, e para a transformação da mesma.” – Declaração de Dublin (GENE, 2022)

<sup>3</sup> Por exemplo, de acordo com a tipologia de cidadania global desenvolvida por Oxley e Morris (2013), é possível distinguir entre quatro tipos cosmopolitas (cidadania global moral; cidadania global política; cidadania global económica; cidadania global cultural) e quatro tipos de advocacia (cidadania global social; cidadania global crítica; cidadania global ambiental; cidadania global espiritual).

Tal como existem várias conceções de cidadania, existem também vários entendimentos e abordagens educativas à cidadania global<sup>3</sup>.

Andreotti (2014) argumenta que, para compreender os problemas globais, é necessário analisar e desconstruir uma complexa teia de processos, desigualdades estruturais de poder e contextos culturais de nível local e global. Na sua análise, distingue entre duas abordagens que designa de soft e critical e, mais tarde, avança com a proposta *otherwise* (de outra forma):

→ A *Educação para a Cidadania Global Soft* tem como propósito a capacitação dos indivíduos para a ação, usando estratégias de sensibilização para as questões globais e para a melhoria das condições de vida, no sentido de um mundo ideal, a qual, segundo Andreotti, corre o risco de “promover uma nova ‘missão de civilização’ como o slogan de uma geração que terá de assumir o ‘fardo’ de salvar/educar/civilizar o mundo. Esta geração, encorajada e motivada para ‘fazer a diferença’, vai projetar as suas crenças e mitos como universais e reproduzir relações de poder e violência, semelhantes às do colonialismo” (Andreotti, 2014, p. 58).

→ Inversamente, a *Educação para a Cidadania Global Critical* procura fomentar a reflexão e literacia crítica. Visa promover a transformação sem dizer o que devemos pensar ou fazer, mas antes proporcionando oportunidades para refletir “sobre o

**Explorar e saber mais:**  
Educação para a Cidadania Global na escola.

seu próprio contexto e sobre as suposições epistemológicas e ontológicas suas e dos outros: como é que acabamos por pensar/ser/sentir/agir de determinada forma e as implicações dos nossos sistemas de crenças em termos locais/globais face às relações de poder desiguais, relações sociais e distribuição de trabalho e recursos”. A partir desta compreensão, “a forma como escolhem agir ou dar significado (o que ‘nós’ somos ou ‘devemos ser’) nunca é imposta, uma vez que o direito de cada um dar os seus próprios significados é reconhecido e respeitado (como um comando ético para os relacionamentos)” (p. 64).

→ A *Educação para a Cidadania Global de outra forma*, desenvolvida no âmbito do Coletivo GTDF - Gestos Rumo a Futuros Decoloniais, convida as pessoas a desenvolver formas de vida e de se relacionar que se

comprometam com o reconhecimento da violência sistémica, do nosso emaranhamento e cumplicidade na raiz dos problemas e dos limites do planeta. Propõe ir “além da reforma”, enquanto noção implícita nas abordagens anteriores, para interromper a continuidade com o sistema atual e permitir que novas possibilidades e políticas de existência emergjam. Interpela-nos a recalibrar o nosso compasso vital para nos conectarmos com e como parte do metabolismo vivo que é o nosso planeta (Andreotti et al., 2019).

As perspetivas crítica e de outra forma propõem ultrapassar um tipo de abordagens mais solucionistas e individualistas, particularmente focadas na mudança a partir dos hábitos de consumo individuais, em favor de estratégias mais amplas, coletivas e estruturais necessárias à transformação social.



**Assista à perspetiva do educador popular e sociólogo Oscar Jara, da Costa Rica, para o Movimento espanhol pela Educação Transformadora e a Cidadania Global.**



**Ou ainda à perspetiva regional da América Latina sobre Educação Global.**

**Conheça também alguns projetos de ONGD na área da EDCG:**

- Cidadãos Exemplares, ADRA
- *Educar para Cooperar*, AIDGLOBAL
- *Geração ODS*, PAR
- AIDGLOBAL – *Jovens na Política* – Participar para a Cidadania Global

**Explorar e saber mais sobre Educação para a Cidadania Global:**

(à esquerda, em cima) Porque não fazer um curso online de Introdução à Educação para a Cidadania Global?

A Bridge 47 desenvolveu um MOOC que oferece uma introdução sólida à ECG, apresentando as suas principais abordagens e possíveis aplicações ao longo seis módulos (em inglês).

-

(à esquerda, em baixo) Conheça também perspetivas que nos chegam de outras partes do mundo.

# 2

## Enfrentar dilemas e desafios

---

- P. 25-27** *Entre a multiculturalidade e a interculturalidade, entre o universal e o particular – que caminhos para a convivência e confluência no global?*
- P. 28** *Quem são os/as descontentes da cidadania global?*
- P. 29-30** *Reivindicações e descentramentos para cidadanias plurais*

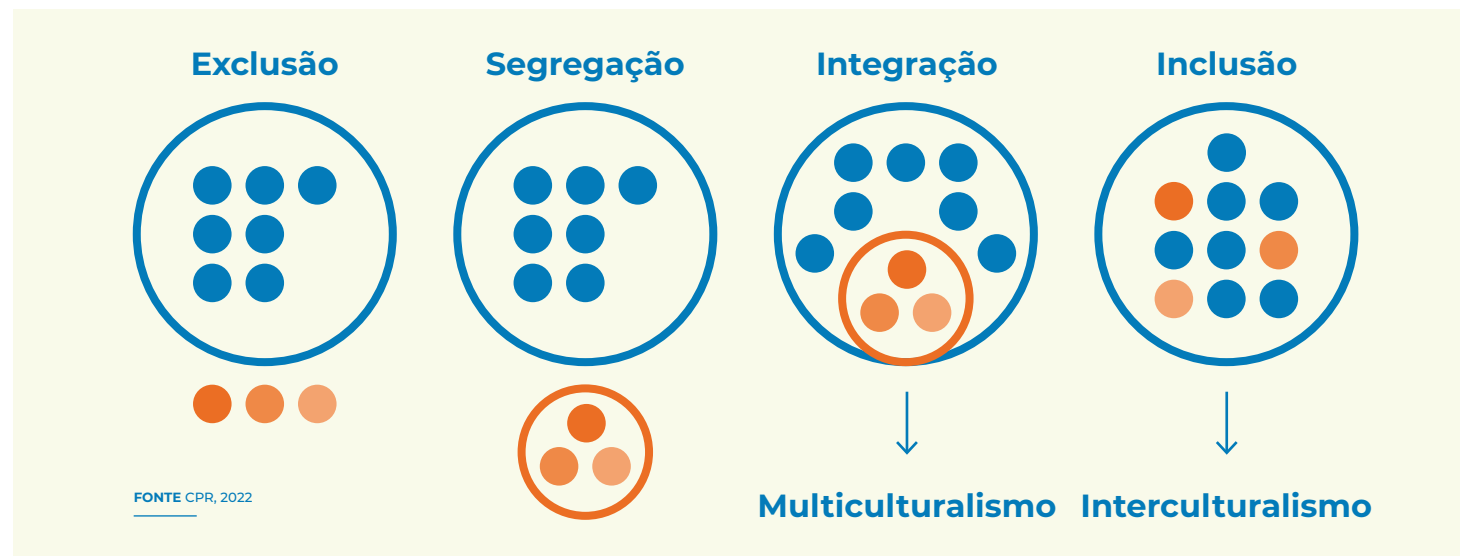


# Entre a multiculturalidade e a interculturalidade, entre o universal e o particular – que caminhos para a convivência e confluência no global?

Após abordarmos, no primeiro capítulo, alguns elementos que permitem compreender o conceito e as abordagens à cidadania global, colocamos agora o foco sobre alguns limites e questionamentos que desafiam o próprio conceito, a sua regulação e prática. Convocamos à renovação do olhar e à interrogação permanente da cidadania global, para não reproduzir novas formas de colonialidade e abrir espaço para a construção quotidiana de cidadanias mais diversas e plurais.

Cada comunidade tende a ter uma cultura própria – um conjunto de ideias, valores, atitudes, práticas e objetivos partilhados que a caracterizam.

*Em sociedades crescentemente globalizadas e diversas, que caminhos podemos seguir para a convivência, articulação e cruzamento entre culturas e mundos diferentes, para o exercício de cidadanias mais amplas?*



- A exclusão corresponde à condição estrutural de algumas sociedades em que quem é diferente da norma não tem permissão para participar, ficando excluído.
- Na segregação criam-se espaços separados para quem é diferente da norma, levando frequentemente à marginalização destas pessoas.
- A integração implica a construção de um subespaço dentro do grupo dominante para aqueles que são diferentes da norma. Esta abordagem relaciona-se com o modelo da multiculturalidade, no qual diferentes culturas coexistam com diferentes níveis de participação, mas com reduzida hibridação.
- A inclusão é um modelo de sociedade que permite que todas as pessoas participem considerando as suas necessidades, motivações e aspirações. Articula-se com o conceito de interculturalidade, na medida em que as diferentes culturas se relacionam e interagem em plena equidade, sendo a identidade coletiva construída a partir deste pluralismo cultural.

### Recurso: A cidade intercultural passo a passo

O Concelho da Europa desenvolveu e validou uma abordagem intercultural para a integração e inclusão, procurando valorizar as migrações humanas e a diversidade cultural. De acordo com esta abordagem, a diversidade é considerada um recurso e um meio para que desenvolvimento social, económico e humano e também uma base positiva para as políticas públicas.

Uma das esferas desta abordagem, refere-se à criação de espaços para a democracia e a cidadania, propondo algumas questões orientadoras (Bathily, 2020, p. 52-53, adaptado):

- As cidadãs e os cidadãos e estrangeiros podem votar ou candidatar-se nas eleições locais?
- Existe algum membro eleito na estrutura de poder local que tenha nascido no estrangeiro ou que possua dupla nacionalidade?

→ A sua localidade tem um órgão consultivo independente, através do qual as pessoas com origens na migração/ nas minorias possam manifestar as suas preocupações e dar sugestões em questões de diversidade e integração, assim como noutras matérias?

→ Em caso afirmativo, os membros deste órgão são selecionados em função de critérios puramente étnicos, ou de critérios baseados na sua experiência, na sua rede de influência e na sua vontade de participar em interações interculturais?

→ A sua localidade cria iniciativas para encorajar as pessoas com origens na migração/nas minorias a envolverem-se na vida política e a fazerem o possível para serem representadas no seio das instâncias estatutárias que supervisionam o funcionamento dos órgãos públicos?

→ A localidade promove líderes interculturais que não provêm dos meios políticos e comunitários habituais?

→ A sua localidade faz o possível para que todos e todas possam expressar a sua opinião e tenham representatividade, independentemente da sua origem cultural ou situação?

→ A sua localidade promove algum mecanismo de democracia participativa?

→ Em caso afirmativo, são tomadas medidas para envolver pessoas com origens diferentes? Essas diversas contribuições são destacadas e incluídas no processo?

→ A sua localidade considerou a implementação de um mecanismo de cidadania, no âmbito do qual a residência seria utilizada como base para o reconhecimento de direitos, assim como para conceder o acesso aos serviços geridos pelo poder local?

→ A sua localidade procura oportunidades para reduzir o distanciamento nos serviços nacionais?

FONTE <https://rm.coe.int/a-cidade-intercultural-passo-a-passo/16809e8efb>

Para navegar na interculturalidade, parece-nos particularmente sugestiva a definição de “cosmopolita” proposta por João Teixeira Lopes, à qual a cidadania global acrescentaria a dimensão de reflexão crítica:

*“... é aquele ou aquela que se move à vontade na diversidade, que quer aprender na e pela diferença, que detesta a mesmidade e a confirmação narcísica de si, que abdica da pátria como uma fixação essencialista de um território, uma cultura e uma etnia”, aceitando a premissa de que “a diferença somos nós” (Lopes, 2022, p. 9-10)*

### **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**

Adotada pela Conferência Geral da UNESCO, a 2 de novembro de 2001

Impõe-se, no entanto, reconhecer o dilema de que navegar na interculturalidade e diversidade, exercer a cidadania global, é também um conflito na relação entre níveis estruturalmente desiguais de poder, na tensão entre o universal e a diversidade ou o particular.

Na atualidade, podemos observar que “as qualidades positivas, antes atribuídas ao universal, deslocam-se para o ‘pluralismo’ da diversidade” (Ortiz, 2015, p. 9), na medida em que o universal – comum e acessível a todos – se converte em universalismo

homogeneizador e insensível às diferenças. Porém, o pluralismo da diversidade também comporta as suas contradições, perante o risco de converter a cidadania em “identidades”, direitos universais estabelecidos cada vez mais no particular, de tal forma fragmentada que, ao invés de valorizar a diversidade, se torne fator de conflito e antagonismo.



## Quem são os/as descontentes da cidadania global?

No estudo dedicado à *globalização e interdependências*, apresentamos um conjunto de críticas que são apontadas à globalização e a uma ideia de global. Como pode então uma cidadania que é global enfrentar os seus próprios limites e contradições?

Em termos gerais, um primeiro conjunto de críticas incide sobre a dimensão económica da globalização, associada a um processo de privatização da economia mundial que amplia o poder das grandes empresas mundiais e ameaça a soberania nacional e o papel do Estado-Nação enquanto ator das relações internacionais que passa a estar submetido à força do mercado transnacional – um processo que é também de uniformização e de imposição de valores dos mais poderosos. Para um outro conjunto de críticas em torno da dimensão cultural, o processo de globalização implica também tendências de fragmentação que corroem “desde baixo” a noção de Estado-Nação: grupos sociais excluídos destes processos que reivindicam o direito à diferença e à sua identidade face às dinâmicas de homogeneização (Mesa, 2014, p. 43).

Neste contexto, algumas críticas apontam a impossibilidade da cidadania global já que não está ancorada em estruturas institucio-

nais e mecanismos de decisão, representação e participação que a regulem (ver, por exemplo, Walzer, 1994).

Por outro lado, a existência de assimetrias globais inibe a própria possibilidade de exercício da cidadania global.

*Se as pessoas não têm acesso a direitos de cidadania no território que habitam, como podem almejar ser cidadãos globais?* Veja-se o caso de muitos imigrantes; pessoas sem documentos; pessoas que estão anos a fio a aguardar o reconhecimento da sua nacionalidade; minorias que têm direitos formais, mas que esbarram no acesso a uma pertença social plena; pessoas que estão retidas em campos de refugiados na Turquia ou no Uganda, sem poderem regressar ao seu país de origem e sem um novo país que as acolha.

*Se as pessoas estão dominadas pela necessidade básica de garantir a sua subsistência, como podem almejar ser cidadãos globais?*

O mundo global parece estar ao alcance de elites, altos funcionários e quadros dirigentes internacionais, do Norte e do Sul, enquanto a “classe global de desfavorecidos” é frequentemente barrada pelos serviços de controlo de imigração. Assim, “ter a possi-

bilidade de atravessar o local para o espaço global” pode ser um “fator determinante para se ser ou não um cidadão global” (Dobson, 2005, citado em Andreotti, 2014, p. 60), o que comporta o risco de dominação daqueles (países, indivíduos, blocos regionais) que à partida têm mais poder sobre os mais vulneráveis (não obstante as margens de agência e resistência destes últimos).

Por outras palavras, a afirmação e consolidação da cidadania global carece ainda da conquista de modalidades formais e informais de participação para todas as pessoas e categorias sociais.

Estes são alguns dos desafios que permanecem em aberto para não continuarmos a reproduzir novas formas de colonialidade. As noções de poder, de voz e de diferença e o desenvolvimento de literacia crítica são fulcrais para o seu enfrentamento, como nos diz Andreotti (2014):

*A literacia crítica baseia-se no pressuposto estratégico de que todo o conhecimento é parcial e incompleto se construído apenas dentro de determinado contexto, cultura e experiência. Portanto, falta-nos o conhecimento que é construído noutros contextos e culturas e a partir de diferentes experiências. Precisamos, assim, de*

# Reivindicações e descentramentos para cidadanias plurais

*nos comprometer com as nossas próprias perspectivas de aprendizagem e também com as dos outros, para que possamos transformar os nossos pontos de vista, identidades e relações – para pensarmos de forma diferente. A ação é sempre uma escolha do indivíduo após uma análise cuidadosa do contexto de intervenção, de diferentes pontos de vista, de relações de poder (especialmente a posição de quem está a intervir), das implicações dos objetivos e estratégias de curto e longo prazo (positivas e negativas). (Andreotti, 2014, p. 64)*

Um outro desafio que se impõe à cidadania global reside no facto de ela continuar a colocar a tónica na centralidade do humano/ cidadão, quando desde várias partes do mundo nos chegam alertas quanto às contradições e danos causados pelo antropocentrismo e a necessidade de “desconcentrar a centralidade do humano”, como referia acima Krenak (2002, p. 83).

Onde ficam os direitos da natureza e dos seres não humanos na cidadania global?

Recentemente, tem emergido um novo campo de reflexão em torno da noção de “planetaridade”, introduzida pela teórica indiana na área dos estudos subalternos e pós-coloniais Gayatri Spivak (2003), a qual dá conta dos limites do global e do mundial, procurando expandir uma visão para além do ser humano, que inclui também a vida não-humana e defende modos de identificação coletiva que não receiam a diferença – biológica, étnica, de género. Em contraposição à artificialidade da noção de globo e à ideia de universalismo global,

Spivak defende o cultivo da comunalidade e alteridade planetárias.

O conceito de planeta acompanha a noção de descentramento que temos vindo a introduzir, na medida em que deixamos de estar no “centro do mundo”, para nos tornarmos apenas um entre milhões de elementos que compõem o sistema planetário.

## Explorar e saber mais:

Se quiser aprofundar mais, a revista francesa *Multitudes* dedica um número especial ao tema das *“Planetariedades”*

Desde os Andes, Alberto Acosta (2011) analisa como o conceito de Bem Viver que, tendo na base as tradições indígenas, se torna um direito reconhecido na Constituição do Equador de 2008, representando “um salto qualitativo em relação à visão monocultural eurocêntrica que tem prevalecido até agora”

(p. 37) e apontando para um processo de ampliação dos sujeitos de direitos que chega à própria natureza.

*“Aí, sobretudo do ponto de vista dos marginalizados pela história dos últimos 500 anos, o Bem Viver ou *sumak kausay* (em kichwa) foi proposto como uma oportunidade para construir uma outra sociedade baseada na convivência cidadã na diversidade e na harmonia com a Natureza, assente no reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no país e no mundo.” (Acosta, 2011, p. 38, tradução nossa)*

Estas e outras perspectivas, embora ainda estranhas no sistema onde nos situamos, apontam para um quadro de *cidadanias plurais* no qual todos os seres vivos teriam o mesmo valor. Relembrem-nos que, embora a cidadania global represente um grande passo e seja motivo de celebração, ela não constitui um ponto de chegada, pois permanece desafiada pelas contradições que a atravessam e por novas possibilidades por vir, para lá dos nossos quadros atuais.

# 3

## **Passar à ação: de volta ao Barômetro e Roteiro de EDCG**

Enquanto campo que comporta limites e contradições e, por isso, em permanente construção e reflexão crítica, não podemos encerrar a coleção de forma estanque e definitiva, mas apenas retomar o barômetro e roteiro que nos orientaram ao longo deste percurso, com ques-

tões que se renovam para construir o futuro e o porvir da cidadania global.

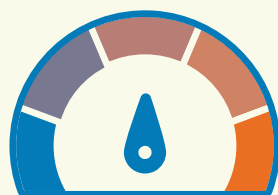
Concluimos regressando ao roteiro autorreflexivo com que iniciamos esta coleção de estudos, para apoiar qualquer pessoa ou organização

a questionar o seu olhar, pensar e agir na construção de um destino comum.



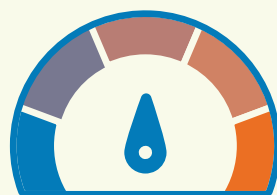
## *Barómetro: modos de sentir, pensar, poder, ser, agir pela Cidadania Global*

Complete cada uma das frases abaixo: Eu sou um/a cidadã/o global quando...



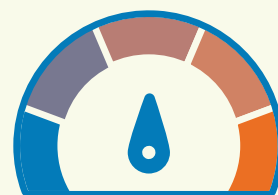
Modos  
de **Sentir**

*Sou um/a cidadã/o  
global quando sinto...*



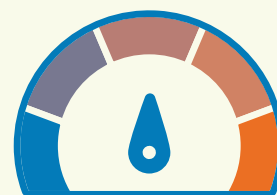
Modos de  
**Ver e Pensar**

*O que penso em  
relação à pobreza?*



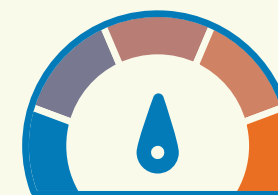
Modos  
de **Poder**

*Sou um/a cidadã/o  
global quando uso o  
meu poder para...*



Modos  
de **Ser**

*Sou um/a cidadã/o  
global quando sou...*



Modos  
de **Agir**

*Sou um/a cidadã/o  
global quando ajo...*



# Referências

Acosta, A. (2011). El buen (con)vivir, una utopía por (re)construir. *Obets. Revista de Ciencias Sociales*, vol. 6, n.º 1, pp. 35-67.

Anderson, B. (2005). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

Andreotti, V. (2014). Educação para a Cidadania Global – Soft versus Critical. *Sinergias – diálogos educativos para a transformação social*, n.º 1. Disponível em: <https://sinergiased.org/vanessa-andreotti-educacao-para-a-cidadania-global-soft-versus-critical/>

Andreotti, V., Stein, S., Suša, R., Čajkova, T., d’Emilia, D., Jimmy, E., Calhoun, B., Amsler, S., Cardoso, C., Siwek, D. (2019). *Global Citizenship Otherwise Study Program. Gesturing Towards Decolonial Futures*. Disponível em: <https://decolonialfutures.net/portfolio/global-citizenship-education-otherwise/>

Bathily, A. (2020). *A cidade intercultural passo a passo. Guia prático para aplicação do modelo urbano de inclusão intercultural*. Conselho da Europa. Disponível em: <https://rm.coe.int/a-cidade-intercultural-passo-a-passo/16809e8efb>

Canelo, M.J. (2012). *Cidadania*. Em: Centro de Estudos Sociais. *Dicionário das Crises e das Alternativas* (p. 44). Coimbra: Almedina. <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/90819/3/Dicionario%20das%20crises%20e%20das%20alternativas.pdf>

CIVICUS Monitor (2023). *People Power Under Attack 2022*. Disponível em: [www.monitor.civicus.org](http://www.monitor.civicus.org)

CIVICUS (2023). *Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil*. Civicus: Joanesburgo. Disponível em: [https://www.civicus.org/documents/reports-and-publications/SOCS/2023/state-of-civil-society-report-2023\\_pt.pdf](https://www.civicus.org/documents/reports-and-publications/SOCS/2023/state-of-civil-society-report-2023_pt.pdf)

CPR – Conselho Português para os Refugiados (2022). *A Comunicação Intercultural e a Aprendizagem do Português*. Curso de Capacitação para Patrocínio Comunitário de Refugiados.

Cruz, A. (2022). *O príncipezinho e a mulher mais feia do mundo*. [s.l.]: Comédias do Minho.

Dobson, A. (2005). Globalisation, cosmopolitanism and the environment. *International Relations*, vol. 19, pp.259-273. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0047117805055406>

FCL – Fundação Cidade de Lisboa (coord.) (2018). *Cidadania Global*. Em: *Dicionário do Desenvolvimento – Tod@s contam para a cidadania global* (pp. 15-15). Disponível em: <https://ddesenvolvimento.com/>

GENE – Global Education Network Europe (2022). *Declaração Europeia sobre Educação Global até 2050 – Declaração de Dublin*. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5f6decace4ff425352eddb4a/t/6454fc450fae9e73c0900ebb/1683291228161/GE2050-Portuguese.pdf>

Iozzi, L.F. (2021). *28 formas de exercer a cidadania além do voto*. Politize! Disponível em: <https://www.politize.com.br/cidadania-formas-de-exercer>

Krenak, A. (2022). *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras.

Kymlicka, W. (1996). *Ciudadania multicultural*. Barcelona: Paidós.

Lopes, J.T. (2022). Prefácio. In: Monteiro, H. *Migrações e Hospitalidades. Crítica do cosmopolitismo nas fronteiras do século* (pp. 9-11). V.N. Famalicão: Húmus.

Marshall, T.H. (1976). *Class, citizenship and social development*. Connecticut: Greenwood.

Martins, P.H. (2009). Cidadania. Em: Cattani, A.D., Lavelle, J.L., Gaiger, L.I. e Hespanha, P. (eds.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 55-59). Coimbra: Almedina.

McMillan, D. e Chavis, D. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, pp. 6-23.

ME – Ministério da Educação (2016). Referencial de Educação para o Desenvolvimento. Ministério da Educação. Disponível em: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao\\_desenvolvimento/Documentos/referencial\\_de\\_educacao\\_para\\_o\\_desenvolvimento.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento.pdf)

Mendonça, J. M. (2020). *O que é amar um país. O poder da esperança*. Lisboa: Quetzal

Mesa, M. (2014). Precedentes y evolución de la educación para el desarrollo: un modelo de cinco generaciones. *Sinergias – diálogos educativos para a transformação social*, n.º 1. Disponível em: <https://www.2013-2021sinergiased.org/index.php/revista/item/52-manuela-mesa-precedentes-y-evolucion-de-la-educacion-para-es-desarrollo-un-modelo-de-cinco-generaciones>

Ortiz, R. (2015). *Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo*. São Paulo: Boitempo.

Oxley, L. e Morris, P. (2013) Global Citizenship: A typology for distinguishing its multiple conceptions. *British Journal of Educational Studies*, 61:3, pp. 301-325, DOI: 10.1080/00071005.2013.798393

Silva, A.; Coelho L.S.; Moura, M.J.; e Alvarez, T. (2022). *Interseções: Igualdade entre Mulheres e Homens e a Educação para o Desenvolvimento*. Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Disponível em: <https://plataformamulheres.org.pt/artigos/projetos/intersecoes/>

Spivak, G.C. (2003). *Death of a discipline*. New York: Columbia University Press.

Toledo, Cláudia (1997). Cidadania. *Revista Jurídica Jus Navigandi*, n.º 18. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/78>

Walzer M. (1996). *Spheres of Affection*. Em: Nussbaum, M. *For love of country* (pp. 125-129). Boston: Beacon Press.



junho 2023

**Estudo Formativo ED-Comunicar: do Conhecimento à Mobilização**

**AUTORIA** Associação A3S  
**Carlota Quintão e Joana Marques**

**PARCERIAS**

Coordenador: **ADRA Portugal**

**AIDGLOBAL, Associação Par – Respostas Sociais, Fundação Cidade de Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira, Instituto Marquês de Valle Flôr, Mundo a Sorrir e Rosto Solidário.**

**COFINANCIAMENTO**

**Camões | Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.**

**DESIGN GRÁFICO**

**Ridesign**

**FOTO DA CAPA**

“Teeter-Totter Wall”, Designers: Ronald Rael, Virginia San Fratello, Rael San Fratello; **Fotografia: Ronald Rael e Virginia San Fratello**  
| Exposição “Designing Peace”, Cooper Hewitt, Smithsonian Design Museum.

